

Garamond
UNIVERSITÁRIA

Coordenação
Maria Alzira Brum Lemos

CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker
Candido Mendes
Cristovam Buarque
Ignacy Sachs
Jurandir Freire Costa
Ladislau Dowbor
Pierre Salama

COLEÇÃO sexualidade, gênero e sociedade

Dirigida por *Maria Luiza Heilborn* e *Sérgio Carrara*

Coordenação Editorial
Jane Russo e Anna Paula Uziel
Assistente
Isabel Miranda

CONSELHO EDITORIAL

Albertina Costa
Daniela Knauth
Leila Linhares Barsted
Maria Filomena Gregori
Mariza Correa
Parry Scott
Peter Fry
Regina Barbosa
Richard Parker
Roger Raupp Rios

COLEÇÃO sexualidade, gênero e sociedade

homossexualidade e cultura

CONJUGALIDADES, PARENTALIDADES E
IDENTIDADES LÉSBICAS, GAYS E TRAVESTIS

Miriam Grossi
Anna Paula Uziel
Luiz Mello
(orgs.)

Garamond
UNIVERSITÁRIA

- netic substance" en *Social Anthropology*, 12, 3, 1 – 11.
- BORNEMAN, John (1997). *Cuidar y ser cuidado: El desplazamiento del matrimonio, el parentesco, el género y la sexualidad*. Revista Internacional de Ciencias Sociales N° 154. Accesible en URL: <http://www.unesco.org/issj/rics154/bornemanspa.html> Consultado en febrero del 2002.
- CADORET, Anne (2003). *Padres como los demás. Homosexualidad y parentesco*. Barcelona: Gedisa.
- CARSTEN, Janet (2000). "Introduction: Cultures of relatedness" en *Cultures of relatedness: New approaches to the study of kinship*. Janet Carsten (Ed.) Cambridge: Cambridge University Press.
- DONOVAN, Catherine (2000). "Who needs a father? Negotiating biological fatherhood in british lesbian families using self-insemination" en *Sexualities*, Vol. 3(2): 149 – 164.
- DUNNE, Gillian (2000). "Opting to motherhood: Lesbians blurring the boundaries of parenthood" en *Journal of gender and society*, Vol. 14. 1.
- GIDDENS, Anthony (1992). *The transformation of intimacy. Sexuality, love and eroticism in modern societies*. Cambridge: Polity Press.
- HEQUEMBOURG, Amy y FARRELL, Michael (1999). *Lesbian motherhood. Negotiating marginal-mainstream identities*. Gender and society, Vol. 13 N° 4: 540 – 557.
- HERRERA, Florencia (2006). *Ser y hacer familia: La Mirada lesbica de las relaciones intimas*. Tesis de Doctorado. Santiago.
- ROMANS, Par (1992). "Daring to pretend? Motherhood and lesbianism" en *Modern homosexualities: Fragments of lesbian and gay experience*. Ken Plumier (Ed.) London and New York: Routledge.
- SCHNEIDER, David (1980). *American kinship. A cultural account*. Second Edition. London: The University of Chicago Press.
- VIÑUALES, Olga (1999). *Identidades Lésbicas*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.
- WEEKS, Jeffrey; HEAPHY, Brian y DONOVAN, Catherine 2001. *Same sex intimacies. Families of choice and other life experiments*. London: Routledge.
- WESTON, Kath (1991). *Families we choose. Lesbians, gays, kinship*. New York: Columbia University Press.

PERFORMATIVIDADES DE GÊNERO, PERFORMATIVIDADES DE PARENTESCO: NOTAS DE UM ESTUDO COM TRAVESTIS E SUAS FAMÍLIAS NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC

Fernanda Cardozo

INTRODUÇÃO

Sintetizo, aqui, algumas reflexões referentes à minha pesquisa de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais a respeito das relações familiares e das formas de parentalidades e de conjugalidades presentes entre travestis da cidade de Florianópolis/SC, tomando-se o contexto hodierno¹.

As *sujeitas*² participantes desta pesquisa foram acionadas por intermédio dos contatos com a Associação das Travestis da Grande Florianópolis – a ADEH Nostro Mundo, organização não-governamental que, há mais de uma década, realiza atividades de prevenção ao HIV e à AIDS e implementa políticas de atenção às *trans* da região. Foram entrevistadas travestis representativas de quatro tipos de agrupamentos familiares – todas

¹ A pesquisa foi realizada sob apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Uma vez que não há, na Língua Portuguesa, o termo "sujeitas", apenas *sujeitos*, faz-se necessário, aqui, explicar os motivos pelos quais uso tal categoria neologística. Em conversas com a Professora Miriam Grossi, era por ele que nos referíamos às travestis, considerando sua feminilidade. Sob a perspectiva da "guerrilha da linguagem" (Coulthard, 1991), optei por adotá-la durante minhas reflexões e durante o processo de pesquisa. Ao longo de todo o trabalho, é por *sujeitas* que me refiro às travestis e às demais interlocutoras da pesquisa.

pertencentes a camadas populares e, de modo geral, inseridas em uma trama residencial que abarca sua família extensa. Três delas participam e/ou participaram da criação de sobrinhos e de sobrinhas; outra partilha com seus pais adotivos os cuidados com o filho biológico; e uma outra, ainda, adotou “à brasileira” (Fonseca, 2002; Tarnowski, 2004) o filho de uma profissional do sexo que para ela trabalhara.

O foco da pesquisa consistiu nas relações e nas terminologias de parentesco, assim como nas relações de cuidado e/ou de filiação entre travestis e crianças. Apoiada na bibliografia brasileira sobre o tema, especialmente centrada na forte presença pública das travestis e na atividade de *trans* profissionais do sexo – Silva (1993), Florentino (1998), Oliveira (1994; 1997), Benedetti (2000), Patrício (2002), Pelúcio (2006) –, minha pesquisa voltou-se preferencialmente aos espaços de domínio privado dessas sujeitas, isto é, sua *casa* e sua *família*.

Sendo as travestis a corporificação da ambigüidade de gênero (Silva, 1993), coube à pesquisa identificar os lugares que as travestis ocupam na trama familiar segundo a distribuição de papéis sociais por gênero. Com quem vivem as sujeitas? Quais suas funções sociais em relação às crianças? Qual o gênero com que são denominadas no interior da família? Que terminologias são acionadas para designá-las? Quais seus lugares na distribuição das tarefas familiares? Como se dão as relações de conjugalidade deste grupo de travestis e com que identidades de gênero elas são ordenadas e categorizadas pelas sujeitas?

Sob orientação teórico-metodológica da Antropologia, os métodos desta pesquisa foram de natureza qualitativa. A coleta de informações se apoiou em entrevistas semidirigidas e/ou abertas com seis travestis e, no caso de algumas delas, com alguns de seus familiares. A observação em campo (Malinowski, 1978) se deu de acordo com a disponibilidade, por parte das sujeitas da pesquisa, de abrir sua vida íntima familiar e seu âmbito doméstico, tendo sido possibilitada também por intermédio de visitas vespertinas que giravam em torno de deliciosos e populares cafés da tarde, oportunidade também de estreitarem-se laços, através da reciprocidade expressa na oferta e no aceite de alimentos. Por fim, o método genealógico de Rivers (1991), além de recursos de análise de álbuns de fotografias, foi acionado junto às travestis que vivem com os familiares no mesmo terreno para se compreenderem a

dinâmica familiar entre os membros de tais grupos e a lógica que integra as travestis na participação do cuidado das crianças – organização residencial que será explicitada a seguir.

A reflexão acerca da ética foi central ao longo da pesquisa. As especificidades da investigação antropológica requerem uma reflexão cautelosa e aprofundada a respeito da posição dos sujeitos sobre quem se está pesquisando. Além do risco de serem vistos como seres “exóticos” ou “cômicos”, os sujeitos da pesquisa estão suscetíveis também a formas de violências que envolvem, desde a explicitação de sua intimidade, até a violação simbólica de sua integridade, diante de estruturas de poder dentro das quais eles se vêem oprimidos. Resumidamente, os riscos de uma manifestação de violência simbólica contra os sujeitos que se prestam às entrevistas e às observações são iminentes. Portanto, há de se levar em conta questões éticas de profunda relevância para o ingresso em campo, sobretudo em relação à dimensão política e à responsabilidade social do antropólogo, que se compromete moral e eticamente com o grupo estudado, tanto durante o campo – na articulação de sua identidade de pesquisador e de ator social –, quanto após o campo – no manejo dados (Oliveira, 2004; Oliveira, 2004; Ramos, 2004).

Para fins desta pesquisa, a opção foi uma aposta no plano das relações sociais e das negociações entre sujeitas – a sujeita pesquisadora e as sujeitas pesquisadas –, uma vez que a aplicação do “termo de consentimento livre e esclarecido” pode representar, de acordo com as circunstâncias da pesquisa, um recurso violento e invasivo. Dentre as interlocutoras deste trabalho, algumas, lutando por seu espaço e apoiadas pelo movimento, concluíram recentemente o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio, sendo que uma das entrevistadas é declaradamente analfabeta. Assim sendo, como atestar a permissão das sujeitas por intermédio de um documento escrito, redigido segundo normas e linguagem formais com as quais nem todas têm contato?³

³ Prof.^a Sônia Maluf também me alertou para uma grave implicação do uso do termo de consentimento neste caso: a partir do momento em que os sujeitos e as sujeitas assinam o documento, simbolicamente eles e elas se colocam nas mãos da pesquisadora ou do pesquisador, conferindo-lhe propriedade e direito total de uso das informações obtidas em campo, o que, evidentemente, configura uma relação opressora de poder que pode ser prejudicial às interlocutoras e aos interlocutores.

VOZES, INTERAÇÕES E IMAGENS: AS SUJEITAS DA PESQUISA

A CASA DE ALICE*

Alice vive com seu companheiro, Adriano, há aproximadamente dezesseis anos e possui muitos sobrinhos e sobrinhas, os quais recebem e/ou receberam seus cuidados, como que, em uma soma de adultos a se responsabilizarem por eles. Tal relação foi e é possível, sobretudo, em virtude dos valores que circulam em relação ao sentimento de família e da organização familiar no espaço territorial, a qual segue o que Rial (1988: 139)⁵ denomina “segmentos residenciais”, isto é, um sistema de organização em que “diversas casas são construídas dentro de um mesmo terreno, habitadas todas por uma família nuclear, ligadas entre si por laços de parentesco”.

Assim sendo, dividindo o mesmo terreno, há algumas casas que agrupam núcleos familiares de sua família extensa. Essa configuração espacial permite a circulação de membros da família pelos lares, bem como a interação permanente entre eles. Alice esclarece, então, que *ajudou a criar* seus sobrinhos. Entretanto, o que inicialmente poderia parecer-se com o modelo de *circulação de crianças* definido por Fonseca (2002) não ocorre aqui. No contexto estudado, a circulação é física – na medida em que a disposição das casas no terreno propicia o livre fluxo das crianças – e, no sentido do cuidado, difusa e diluída – uma vez que Alice não se assume como tutora destas crianças, mas participa do cuidado e da criação de modo intensamente presente. Ou seja, ela é mais uma participante no processo de formação, educação e cuidado dos pequenos, sem, entretanto, assumir o *status* de mãe/pai, como se os tivesse adotado. Se, nos estudos de Fonseca (2002), a *circulação de crianças* propicia que se somem mães, neste caso, Alice não é tratada como mãe/pai, nem chamada “mãe/pai”: ela se mantém “tio”.

* Todas as sujeitas tiveram seus nomes trocados por nomações fictícias, com o intuito de protegê-lhes a identidade.

⁵ Esta organização espacial recorrente na Ilha de Santa Catarina, entre grupos populares de “origem açoriana”, também foi encontrada por Motta (2002) em sua pesquisa de Doutorado intitulada *Gênero e reciprocidade: uma Ilha no sul do Brasil*.

No caso de sobrinhos e sobrinhas adultos ou adolescentes, Alice revela que as meninas a tratam “como mulher mesmo”, para quem contam segredos, relacionamentos, “pedem dicas”, ainda que a chamem pelo nome “de homem”. Quanto aos garotos, estes também, embora a percebam como “homem”, acabam por criar relações que a pressupõem mulher, como é o caso de tabus, de evitações no que diz respeito a determinados assuntos que, supostamente, são “*de homens*”.

AS CASAS DE BEATRIZ E DE EDUARDA E ELIANA

Beatriz tem sobrinhos, e, assim como Alice, mora em um terreno ocupado por diferentes núcleos de sua família extensa. Há, no terreno, quatro casas: a primeira pertence à irmã Bianca, que vive com seus três filhos – um menino de aproximadamente 17 anos e duas meninas de 15 e de 12, aproximadamente; na segunda, vive sua mãe, dona Betina; em outra, vivem duas travestis amigas de Beatriz, Eduarda e Eliana, as quais vivem como colegas de quarto, não em conjugalidade; por fim, atrás de uma pequena cerca que a separa do restante do terreno, fica a casa em que Beatriz vive com Bernardo, seu companheiro há mais ou menos 14 anos.

Levando-se em conta a organização residencial, Beatriz, assim como Alice, participou da criação dos sobrinhos – no caso, dos filhos de Bianca. Também assim como no caso de Alice, para Beatriz o cuidado com os sobrinhos foi possível e facilitado em função da livre circulação física das crianças – e dos adultos – de uma casa a outra. Através de suas observações e discursos, é possível perceber que Beatriz preza por uma idéia de educação capaz de impor limites aos excessos das crianças e de inseri-las na dinâmica do lar. Em seu caso, especificamente, cabe-lhe o papel de autoridade. Seus relatos apontam para um lugar tradicionalmente masculino na estrutura de parentesco, visto que é acionada para “pôr ordem” quando as crianças ultrapassam os limites acordados pelo agrupamento familiar.

A casa em que vivem Eduarda e Eliana pertence à irmã mais nova de Beatriz, Branca. Esta vendeu sua casa no terreno a uma travesti amiga de Beatriz, que a alugou às duas que ali vivem atualmente. A situação

da venda do terreno e do aluguel da casa cria laços afetivos e de solidariedade que situam Eduarda e Eliana como outros membros da família de Beatriz. Eduarda, por sua vez, não só considera sua a família de Beatriz como ainda supõe que ela e Eliana formam uma família, já que dividem a casa há certo tempo – período que não conseguem precisar – e apresentam uma convivência afetuosa e positiva.

Tanto Eduarda quanto Eliana apresentam, em suas biografias, dois elementos abordados e problematizados na literatura brasileira recente sobre travestis. De um lado, ambas apontam para uma feminilidade ou uma efeminação de seus comportamentos e gostos no período anterior ao *descobrir-se travesti*, já que elas se percebem como efeminadas e voltadas às atividades femininas antes mesmo dos primeiros contatos com o universo das *travestilidades*⁶. Peres (2005), ao operar com o método das “cartografias existenciais”, debruça-se sensivelmente às memórias e às narrativas de quatro travestis. É comum, em seus discursos, a percepção de si enquanto efeminadas desde crianças ou adolescentes. A segunda característica comum entre Eduarda e Eliana que é tratada na literatura atual é o processo migratório implicado pela feminilização e pela busca por lugares mais toleráveis à sua identidade de gênero e à sua transformação, tal como pontua Vale (2005). Em sua tese, o referido autor, trabalhando com os contextos de Fortaleza e de Paris, explana a respeito dessa migração interna e/ou externa empreendida pelas travestis a partir do momento em que se vêem expostas a formas de injúria e de violências e se deslocam para lugares em que sejam mais bem aceitas, inclusive em se tratando da rota do mercado sexual. No caso de Eduarda – que deixou a família em busca do que sonhava para si – e de Eliana – que saiu de casa diante da desaprovação dos irmãos –, a migração se circunscreveu aos limites do país, extrapolando apenas os limites estaduais – e ambas, em suas experiências fora do Estado, viveram sob o sistema de cafetinagem.

⁶ O termo “travestilidades” visa, de um lado, a afirmar a positividade das identidades travestis em lugar de “travestismo” no mesmo sentido em que o termo “homossexualidade” veio a substituir a palavra “homossexualismo”, imbuída de caráter patológico. De outro, propõe-se a assegurar a pluralidade de características que permeia o universo das travestis.

O CASO DE CECÍLIA

Cecília possui um filho biológico, fruto de um relacionamento heterossexual ocorrido no início da adolescência e anterior ao processo de devir feminino. Vivendo com seus pais adotivos, é com eles que divide as responsabilidades sobre a criança, tanto no sentido de cuidados, quanto no sentido de nomeação de parentesco. Cabe a Cecília, sobretudo, a provisão das necessidades econômicas do menino.

Cecília pede ao menino que a considere um *irmão*, argumentando não se sentir à vontade com a nomeação *pai*. Para Carlos⁷, entretanto, *pai* é, também, o pai adotivo de Cecília. Com pouco contato com a mãe biológica, Carlos chama de *mãe* também a mãe adotiva da travesti.

A dificuldade discursiva em aceitar a paternidade, todavia, contrapõe-se a uma concepção naturalizada de amor de pai por parte de Cecília, a exemplo do amor materno (Badinter, 1985). Sob tal perspectiva, a não assunção total da identidade social paterna não anularia o amor que o progenitor teria por seu rebento, “sangue de seu sangue”: “eu não me acho com aquele amor de pai, eu acho que eu não tenho, mas eu sei que eu tenho, porque, se acontece alguma coisa com ele, ‘Deus me livre’, né?”.

Ela revela receio com relação à orientação sexual de seu filho, apontando para as agruras e os preconceitos que ela conhece a partir de sua própria experiência. Afirma preferir que, caso o garoto se envolva em relacionamentos não heterossexuais normativos, apresente uma imagem masculina, não travesti. Tarnovski (2004) observa semelhante discurso entre os pais gays com os quais trabalhou para a realização de sua dissertação de mestrado. Tarnovski (2004) constata que os pais sujeitos da pesquisa criam a expectativa de que seus filhos se envolvam em uma relação heterossexual e que lhes dêem netos; é por isso que masculinidades e feminilidades são policiadas pelos tutores, que embaralham, em seu imaginário, identidade de gênero e sexualidade.

Outro medo de Cecília consiste nos estereótipos que o discurso psicológico impõe à experiência do menino. Diz: “um dia eu li um relatório, daí no relatório tava: ‘o pai se prostitui para ganhar a vida’. Então, eu achei pesado... Daí, o que essa psicóloga vai falar pra ele?”.

⁷ O nome da criança é fictício.

O CASO DE DANIELA

Com o intuito de promover sua transformação¹, Daniela se mudou de Blumenau, cidade catarinense tradicionalmente alemã onde seus pais adotivos dispunham de prestígio social, para Florianópolis, preservando-os, assim, das especulações entre conhecidos acerca de sua travestilidade. Daniela também conhece a mãe biológica, com a qual, porém, mantém pouco contato. Portanto, assim como Eduarda e Eliana, Daniela também apresenta um histórico de migração (Vale, 2005), com a diferença de que, se as travestis entrevistadas por Vale (2005) deixavam suas cidades para se refugiarem das violências e das injúrias sofridas, Daniela deixou sua cidade para proteger os pais em relação aos estigmas e às reações de seus conterrâneos.

Diego foi adotado “à brasileira” (Fonseca, 2002). Filho de uma profissional do sexo que trabalhava fazendo faxina na casa de Daniela, o menino, que seria doado pela mãe biológica, foi acolhido pela travesti, que o registrou como sendo o pai da criança. Daniela sempre quis ter filhos, sendo que já havia “pegado para criar” uma menina, recuperada pela mãe dias depois. O garoto apresentou inúmeros problemas de saúde, acompanhados zelosamente por Daniela.

Daniela trabalhava na rua por bastante tempo e manteve a profissão quando abriu seu salão de beleza. Todavia, a adoção do menino implicou o abandono da rua. Como demonstra Tarnovski (2004) em seu estudo a respeito de pais gays, a paternidade vem a operar em dois sentidos “normalizadores”: um é que a identidade de pai se sobrepõe à de homossexual, amenizando a agressão à sexualidade; o outro diz respeito ao que o autor denomina “limpar a ficha” – nesse sentido, o filho torna “pura” a vida do casal, que se afasta de locais de sociabilidade estigmatizada como promíscua e assume uma masculinização em oposição à figura

¹ Os termos usados pelas travestis são geralmente “assumir-se”, “descobrir-se”, “assumir a identidade de gênero”. Uso *transformação*, aqui, com o mesmo significado que Pelúcio (2005: 225) lhe atribui: “(...) processo de feminização que se inicia com a extração de pelos da barba, pernas e braços, afina a sobrancelha, deixa o cabelo crescer e passa a usar maquiagem e roupas consideradas femininas nas atividades fora do mundo da casa”.

² A adoção à brasileira, tratada por Fonseca (2002), concerne ao processo de adoção que não passa pelos trâmites oficiais da legislação nacional; consiste, sim, no registro imediato da paternidade/maternidade com relação à criança como se a mesma se vinculasse biologicamente ao sujeito que lhe concede o nome.

acusatória do gay efeminado. Neste caso, a criança parece, da mesma forma, ter “salvado” Daniela, parece tê-la inserido em um “processo de moralização” (Tarnovski, 2004).

Daniela teve problemas com o Conselho Tutelar da cidade de Florianópolis. Segundo ela, a intervenção da instituição se deu frente a denúncias de que ela estaria vivendo com outro homem – o que supostamente lhe tiraria o direito de cuidar do menino. Diego ainda estava internado quando Daniela recebeu o aviso de que o garoto lhe seria tirado. Foi por meio dos apelos do médico e das enfermeiras junto aos membros do Conselho Tutelar – e dos argumentos de que ela vinha sendo “uma boa mãe” – que Daniela pôde manter o menino consigo. Assim como no caso dos pais gays pesquisados por Tarnovski (2004), há uma separação entre as esferas da filiação e da sexualidade, sendo que a cobrança para que essa distinção se cumpra se exerce, no caso de Daniela, de modo mais explícito e institucional.

ALGUNS APONTAMENTOS: O QUE REVELA O CAMPO

A riqueza dos dados trazidos pelas sujeitas da pesquisa permite que se elaborem algumas problematizações e que se tracem alguns caminhos para reflexão. Tentarei sintetizá-los ao longo das próximas páginas, mesmo sob a pena de ser superficial ou evasiva em relação a alguns tópicos.

Há a operacionalização de uma duplidade de gênero das travestis quando se tomam as nomenclaturas, terminologias de parentesco e as atribuições que lhes cabem na economia familiar. A *ambigüidade* de gênero a que Silva (1993) se refere ao tratar da imagem e da construção corporais das travestis se transpõe para o plano das relações sociais, segundo representações e/ou laços de afetividade tecidos ao longo da construção das referidas sujeitas. De modo geral, é o lugar masculino que lhes cabe entre os pais, irmãos e sobrinhos, em termos de nomeação – é pelos nomes masculinos e pelas terminologias masculinas que geralmente elas são denominadas entre os familiares. Entretanto, é do universo feminino que participam – é com as irmãs que elaboram festas, é com as sobrinhas que conversam abertamente. A permissão para que as travestis assumam o cuidado com as crianças parece advir especialmente de sua inserção

no universo feminino. É significativo que os homens da família não se envolvam nem sejam envolvidos na criação dos rebentos de maneira tão orgânica quanto as travestis, que declaram seu papel ativo e permanente na educação das crianças. Desse modo, ainda que seja o nome masculino aquele que circula na família, não é necessariamente ao universo masculino que as travestis são confinadas no exercício de seus papéis familiares. É na combinação entre a legitimidade do exercício de funções ditas femininas e as nomações masculinas que a identidade das travestis é reconhecida.

Essa ambigüidade se reflete também na segregação entre universos público e privado quanto à possibilidade de tratamento no feminino ou no masculino – segregação entrecortada pela idéia de *temporalidade* a respeito de quem as conheceu antes ou depois da assunção da identidade travesti. Ser *ela* ou *ele*, ser chamada ou chamado por um nome feminino ou masculino, são situações que dependem da intimidade junto às travestis e da socialização anterior ou posterior ao seu processo de transformação, bem como passam pelos questionamentos das crianças em relação às representações com as quais são comumente socializadas. Entre os familiares ou vizinhos próximos, que não as “conheceram assim”, há uma permissão implícita à desinência de gênero masculina, na medida em que essas referências são usadas “com respeito”. Entre os desconhecidos ou os que as conheceram após a assunção da identidade feminina, faz-se politicamente obrigatória a nomação feminina, visto que o tratamento masculino, neste caso, implica uma forma de violência. Há, pois, uma lógica que permite a algumas pessoas chamar as travestis pelo nome masculino, ao passo que retira de outras esta possibilidade de tratamento, na medida em que a mesma passa a ser considerada uma forma de violência simbólica, pela violação ao direito de reconhecimento da feminilidade.

A possibilidade conferida aos parentes de referenciar-se às travestis no masculino ou no feminino, entretanto, não é fixa, o que se evidencia, sobretudo, nos casos em que alguém da família – a quem é permitida a nomação masculina – passa a referir-se às travestis no feminino em locais públicos, como na praia ou na danceteria, por uma negociação implícita ou explícita¹⁰.

¹⁰ O mesmo foi observado por outro pesquisador de nossa rede de pesquisa, Antonio (2005).

As crianças, por sua vez, são recorrentemente centrais na ambigüidade e/ou problematização do gênero da nomação travesti. São elas que criam embates entre as terminologias que circulam na família e as representações apreendidas na sociedade mais ampla. Dona Betina, mãe de Beatriz, revive o questionamento de sua neta Betiane:

A Betiane, ela assim, “ô, vô, eu vou te fazer uma pergunta” – ela vai fazer oito anos agora – “o tio, ele é mulher ou ele é homem?”. Ai eu digo: “minha filha, você faz o seguinte, você chega pra ele e pergunta, porque a vô não vai saber te explicar (...). “Ou ele é bichinha?”. Eu digo: “não sei, querida, quando tu chegar na casa da vô, tu pergunta – ‘ô, tio, o que que tu é, tio? Tu é homem ou tu é mulher?’. Ele vai te responder (...). Porque a gente fica com uma dúvida na cabeça, né? (D. Betina).

De modo geral, entretanto, mesmo que se admita o *ethos* feminino das travestis, elas são chamadas, sobretudo no caso de serem “tios”, no masculino pelas gerações posteriores quando em situações que envolvem outros membros da família, responsáveis por situar as travestis no lugar masculino de nascimento. Ao chegar à casa de Beatriz, por exemplo, ouvi seu sobrinho dizer que chamaria “o tio”. Observando essa incidência, constatada por Eduarda e Eliana, dona Betina afirma: “*não adianta, não muda, minha filha! Eles vão morrer tios!*”.

Nos casos das duas travestis que possuem filhos, por sua vez, as terminologias com que suas posições são definidas em relação às crianças não são fixas, mas passíveis de renegociações. Dessa forma, algumas das travestis estudadas acabam por ocupar lugares diferentes na estrutura de parentesco.

Cecília, pai biológico de um garoto, coloca-se, no que tange a terminologias de parentesco e a representações sobre a localização na trama familiar, como *irmão* do menino. Embora se reconheça sua paternidade biológica em relação ao menino Carlos, há um esforço e uma negociação a fim de que ela seja considerada por ele um *irmão*. Carlos reconhece o pai adotivo de Cecília – portanto seu avô – como sendo seu pai, já que foi ele quem criou o menino e assumiu o lugar público de *pai*; porém, Cecília não perde seu lugar legal, biológico e provedor

de pai do menino – ela continua sendo uma referência paterna dele, acionada em situações de ameaça, nas quais, o garoto precisa legitimar a existência de um *pai* reconhecido biológica e judicialmente. Cecília tem papel ativo na educação do menino – papel que, segundo seus relatos, ela exerce mais através de cobranças, de punições e de recompensas, ou seja, o de “função paterna” nos termos psicanalíticos lacanianos.

Ele (Carlos) me chama pelo meu nome, (nome masculino). Mas, se alguém fala alguma coisa pra ele, ela fala: “ah, meu pai”. Eu tento cortar isso dele, assim, todo mundo me critica, mas eu não gosto dessa palavra – PAI, TIO (...). Assim... eles falam qualquer coisa, ele se refere ao pai. Eu ou o meu pai, né, que ele também chama de pai. Daí não... é assim nossa relação. Ele é meio rebeldezinho, mas eu também sou, né? Deixo ele de castigo, brigo com ele... faço ele ficar lá lendo dois, três livrinhos... (Cecília).

Daniela também exemplifica essa mutabilidade nas posições de parentesco, assumindo uma plasticidade curiosa nas nomeações de parentesco com relação à criança: ela o chama *filho*, desempenha o papel tradicionalmente assegurado à figura da *mãe* (sendo assim reconhecida pelos sujeitos a sua volta ou sempre comparada à imagem da mãe¹¹, como foi feito pelo médico e pelas enfermeiras que a defenderam frente ao Conselho Tutelar), registra-se legalmente como *pai* e se nomeia à criança a partir de seu nome feminino ou de um apelido fruto da “quebra” de seu nome – seja seu nome Daniela, o apelido é “Dani”.

Observa-se, pois, que não só o gênero é *performativizado* (Butler, 2003), como também a posição na organização e na estrutura de parentesco o é. Ser *mãe*, ser *pai*, ser *irmão*, ser *tia* são *performatividades* (Butler, 2003) atualizadas pelos sujeitos e negociadas contextualmente.

Quanto às identidades segundo o gênero e a sexualidade (Gróssi, 1998), por sua vez, há diferenciações de discursos, sobretudo quando se tomam o movimento e as sujeitas. Entre as travestis, a auto-iden-

tificação enquanto homossexuais é existente em alguns casos, sob o argumento de que, antes de serem travestis, foram *“gays”* e/ou a partir da concepção da *homossexualidade* como uma categoria abrangente que abarcaria todas as formas “desviantes” (Velho, 1974) de sexualidade. Segundo o movimento, porém, as travestis estão suscetíveis às mesmas classificações que as/os não-travestis – heterossexuais, homossexuais e bissexuais. Nesse sentido, de acordo com o discurso da presidenta da ADEH, Luana Cotroffi, as travestis que se relacionam com mulheres ou com outras travestis são denominadas, conceitualmente, *homossexuais*, podendo ser chamadas, nesses casos, *lésbicas*. Quanto às travestis que se sentem atraídas por “homens” – aqueles que assumem papel e representação masculinos e geralmente são ativos na relação sexual –, estas são consideradas *heterossexuais*. Travestis que se interessam sexualmente tanto por homens quanto por mulheres e/ou por outras travestis, por sua vez, são categorizadas como *bissexuais*. Nota-se que, para a atual discussão do movimento, a homossexualidade e a heterossexualidade não se constituem como categorias relacionadas à clássica diferenciação entre atividade e passividade nem ao sexo biológico, mas ao gênero. No caso dos pares heterossexuais é que o desempenho do homem como ativo o legitima enquanto *homem*. Há, pois, uma diferenciação entre o *“gay”* e o *“homem mesmo”*, tal como Fry (1981) identifica as nuances entre “homens” e “bichas” e entre “homens” e “entendidos” em se tratando das relações que envolvem homens que fazem sexo com homens – tomando-se; neste caso, *homem* em seu sentido biológico/anatômico.

Finalmente, importa pontuar que a pesquisa sobre travestis tecida a partir do parentesco conduz a novos questionamentos do ponto de vista teórico, os quais, por sua vez, podem causar impactos no movimento e no processo de afirmação de identidades das travestis. O mais significativo deles diz respeito ao par *natureza/cultura* acionado para categorizar sexo e gênero e à possibilidade de sua inversão.

Segundo a idéia de que o sexo precederia o gênero, de modo que este seria construído com base na representação daquele, a feminilidade seria atributo apreendido pelas anatomicamente fêmeas – que *se tornariam* mulheres –, e a masculinidade seria apreendida pelos biologicamente

¹¹ Tal aproximação, feita pelo olhar ile fora, parte de uma idéia naturalizada da maternidade e de uma conduta por ela prevista (Badinter, 1985).

machos – *formando-se os homens*. A partir de tal naturalização do sexo e atrelamento do gênero a ele, seriam plausíveis as considerações de Patrício (2002), para quem as travestis não seriam femininas nem masculinas.

(...) quando mostra que as personagens travestis configuram para si uma identidade de gênero que não é masculino, nem é feminino, mas que circula entre os dois e formam uma nova forma de ser segundo o universo do travestismo, que escolho chamar de mobilidade de gênero (Patrício, 2002: 10).

Há duas implicações na afirmação segundo a qual as travestis não são nem masculinas nem femininas. De um lado, ela abala todo o movimento de feminilização empreendido pelas travestis na construção de seu corpo, na reelaboração simbólica de suas atitudes, na renovação de seu guarda-roupa. As travestis se feminilizam, são femininas, caracterizam-se femininamente, adotam nomes femininos, reivindicam o tratamento no feminino, esperam poder usar o banheiro feminino em locais públicos e até mesmo algumas delas reivindicam participação no movimento feminista; são, para muitos, a exacerbação da feminilidade. Dizer que não são femininas é negar-lhes um *status* pelo qual elas elaboram esforços diários, o que se figura altamente despolitizante. De outro lado, ao caracterizar as travestis por uma possibilidade de trânsito entre masculino e feminino, tal concepção corre o risco de cristalizar os lugares de gênero, de negar a idéia de performatividade e de colar identidade de gênero e sexualidade. Afirmar que a característica das travestis é esse terceiro lugar, esse não lugar entre masculino e feminino ou esse deslocamento de um pólo a outro é proibir que homens e mulheres possam fazer o mesmo, é naturalizar a feminilidade na mulher e a masculinidade no homem, de modo que as travestis, não sendo uma coisa ou outra, não podem ser qualificadas como femininas ou masculinas. Importa pensar que homens e mulheres, tanto quanto travestis, estão *transitando* entre masculino e feminino; o trânsito não é exclusividade das travestis. Pensar em trânsito como exclusividade das travestis é naturalizar o gênero e criar uma categoria estanque para abrigar cada um dos personagens da vida social.

A partir de tais problematizações, torna-se viável analisar a fala de uma das sujeitas desta pesquisa, Alice, que argumenta: “travesti, pra mim, é como se fosse o *terceiro sexo*, entendeu? Mulher, homem e travesti”. O discurso de Alice abre espaço para reflexões quanto à existência de dois gêneros¹² (masculino e feminino) fluidos e intercambiáveis e de não apenas dois, mas de mais sexos – segundo o universo simbólico avaliado. Dessa forma, poderia haver, entre as categorias sexo e gênero, uma inversão relativa à precedência de uma em relação à outra. Portanto, sob tal perspectiva, não seria o sexo a determinar o gênero, mas o gênero falaria sobre o sexo. A construção social do sujeito, sua ação a partir de sua subjetividade e o discurso *engendrado* ou *generificado* que tem sobre si é que poderia construir seu sexo. A idéia de um sexo construído culturalmente se explicita também quando Alice diz, referindo-se às brincadeiras de meninas e de meninos, que “criança ainda não tem o sexo definido”.

Butler (2003) avalia as teorias de Wittig, constatando que, para ela, “a categoria de sexo não é nem invariável nem natural, mas sim um uso especificamente político da categoria natureza, o qual serve aos propósitos da sexualidade reprodutora” (2003, p. 164). Assim sendo, o sexo “é uma interpretação política e cultural do corpo” (p. 165). Segundo Butler (2003), para Wittig a categoria política – supostamente “natural” – *sexo* acaba por obnubilar uma série de discontinuidades, abrigando-as sob mesma categoria, e a linguagem possui o poder de instituir o real: “conceitos, categorias e abstrações (...) podem praticar uma violência material contra os corpos que eles afirmam organizar e interpretar” (Butler, 2003:169). Assim sendo, o próprio sexo seria, para Wittig, um discurso de caráter político com a finalidade de classificar os sujeitos com vistas à heterossexualidade compulsória, de modo que mesmo a idéia de natureza seria uma construção ideológica de respaldo a tal mecanismo.

¹² Ainda que eu seja favorável à opinião da Prof.^a Sônia Maluf sobre a importância de se pensar em gêneros como múltiplos, a visão de mundo e as categorizações de ordenação dos sentidos se mostra, entre as sujeitas da pesquisa, segundo o modelo masculino/feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que as travestilidades não se resumem à tensão entre masculino e feminino, observável na construção do corpo ou na atividade de prostituição, mas se amplia e se desdobra pelo cotidiano de suas sujeitas – seja no âmbito da família e dos lares, na relação com as crianças, nas crenças religiosas, nos relatos sobre os amores e sobre suas vidas conjugais –, creio na necessidade de um “deslizamento da alteridade” (Peirano, 1999) nos estudos *sobre e com* as travestis no mesmo sentido em que tal processo aconteceu no histórico das investigações antropológicas: do “exótico” para o “familiar” (Velho, 1981). É preciso que seu cotidiano seja compreendido e visibilizado em várias instâncias de sua vida social a fim de que as semelhanças existentes entre “elas” (as travestis) e “nós” (não-travestis) se sobreponham aos aspectos que as apreendem numa dimensão distante, do desconhecido.

Acredito ainda, que a soma de estudos acerca das relações de parentesco tecidas pelas travestis em diferentes regiões e em contextos políticos e sócio-culturais distintos pode oferecer elementos comparativos que subsidiem um mapeamento dos *lugares* que as referidas sujeitas ocupam nos agrupamentos familiares segundo sua identidade de gênero e as representações com que os membros da família operam na atribuição de nomeações e na distribuição de atividades no lar, por exemplo. Dessa maneira, a diversidade de casos ou a saturação de dados pode ser empregada na desconstrução de estigmas e na desnaturalização dos modelos de família e de gênero.

No que tange à discussão acerca do caráter social do sexo (Wittig *apud* Butler, 2003), evidentemente tais idéias merecem um maior aprofundamento por parte de teóricos com base em discursos de travestis e em observações a respeito de sua localização nas práticas sociais, sobretudo a partir das relações de parentesco. Além disso, as formulações apresentadas neste artigo precisam ser avaliadas com o cuidado de não se incorrer no precário reducionismo cultural, em oposição ao danoso reducionismo biológico. De qualquer forma, aponta-se, aqui, para a possibilidade de se desnaturalizar o sexo, da mesma forma como o gênero tem sido desnaturalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIO, Carlos Alexandre (2005). *Pais homossexuais?* “Mimeo”. Jornadas “Parceria Civil, Conjugalidade e Homoparentalidade”, novembro de 2005.
- BADINTER, Elisabeth. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2ed., 370p.
- BENEDETTI, Marcos Renato (2000). *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. “Dissertação de Mestrado”. PPGAS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ondina Fachel Leal.
- BUTLER, Judith (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 236p.
- CARDOZO, Fernanda (2006). *Parentesco e parentalidades de travestis em Florianópolis/SC*. “Trabalho de Conclusão de Graduação”. Ciências Sociais – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 122f. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Miriam Pillar Grossi.
- COULTHARD, Malcom (1991). *Linguagem e sexo*. São Paulo, Editora Ática.
- FLORENTINO, Cristina de Oliveira (1998). *“Bicha tu tens na barriga, eu sou mulher...”: etnografia sobre travestis em Porto Alegre*. “Dissertação de Mestrado”. Antropologia Social/PPGAS/UFSC. Florianópolis. Orientador: Prof.º Dr.º Hélio R. S. Silva.
- FONSECA, Claudia (2002). *Caminhos da adoção*. São Paulo, Cortez, 2ed.
- FRY, Peter (1981). *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GROSSI, Miriam Pillar (1998). *Identidade de gênero e sexualidade*. Coleção Antropologia em Primeira Mão – PPGAS/UFSC.
- _____. (2003). “Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil”. *Cadernos Pagu*. Campinas, UNICAMP.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1978). “Tema, método e objetivo desta pesquisa”. In: *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Ábril Cultural (Coleção “Os Pensadores”).
- MEDEIROS, Camila Pinheiro (2004). *Sobre deveres e prazeres: estudo acerca de mulheres que se assumiram lésbicas depois de terem sido mães*. “Trabalho de Conclusão de Curso”. Ciências Sociais/UFSC. Florianópolis. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Miriam Pillar Grossi.
- MOTTA, Flávia de Mattos (2002). *Gênero e reciprocidade: uma ilha no sul do Brasil*. “Tese de Doutorado”. Ciências Sociais/Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: Guita Grin Debert.
- OLIVEIRA, Marcelo José (1997). *O lugar do travesti em Desterro*. “Dissertação de Mestrado”. PPGAS/Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Orientador: Prof. Dr. Hélio R. S. Silva.

- _____. (1994). *Jogo de cintura: uma etnografia sobre travestis em Florianópolis*. "Trabalho de Conclusão de Curso". Ciências Sociais/UFSC. Florianópolis. Orientador: Hélio R. S. Silva.
- PATRÍCIO, Maria Cecília (2002). *Travestismo: mobilidade e construção de identidades em Campina Grande*. "Dissertação de Mestrado". PPGA/UFPE. Recife. Orientador: Prof. Dr. Russel Parry Scott.
- PEIRANO, Mariza (1999). "Antropologia no Brasil: alteridade contextualizada". In: MICELLI, S. (org.). (1999). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, v. 1, ed. Sumaré/ANPOCS/CAPEs.
- PELÚCIO, Larissa (2007). "No salto: trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem". In: BONETTI, Alinne. & FLECHTER, Soraya (orgs.). (2007). *Entre saias justas e jogos de cintura: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente*. Porto Alegre, EDUNISC/Mulheres.
- _____. (2005). "Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre prostituição travesti". In: *Cadernos Pagu*. Campinas, PPGAS/Unicamp, nº 25 (pp. 217-248).
- _____. (2006). "Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem". In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, nº 2, vol. 14 (pp. 522-534).
- PERES, William Siqueira (2005). *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*. "Tese de Doutorado". PPG em Saúde Coletiva/Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Orientador: Dr. Richard Parker.
- _____. (2005). "Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs". In: GROSSI, M. P. et alii. *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro, Garamond (pp. 53-68).
- RIVERS, William (1991[1910]). "O método genealógico na pesquisa antropológica". In: OLIVEIRA, R. C. de (org.). (1991). *A antropologia de Rivers*. Campinas, Editora da Unicamp (pp. 51-71).
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (2004). "O mal-estar da ética na antropologia prática". In: VÍCTORA, Ceres et alii. (2004). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói, UFF (pp. 21-32).
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (2004). "Pesquisas em versus pesquisas com seres humanos". In: VÍCTORA, Ceres et alii. *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói, UFF (pp. 33-44).
- RAMOS, Alcida Rita (2004). "A difícil questão do consentimento informado". In: VÍCTORA, C. et alii. (2004). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói, UFF (pp. 91-96).
- RIAL, Carmen Sílvia Moraes (1988). *Mar-de-dentro: a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição*. "Dissertação de Mestrado". PPGAS/UFRGS. Porto Alegre, 372f. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Claudia Fonseca.
- SILVA, Helio (1993). *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
- TARNOVSKI, Flávio Luiz (2004). *"Pais assumidos": adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo*. "Dissertação de Mestrado". Antropologia Social. PPGAS/UFSC. Florianópolis. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Miriam Pillar Grossi (Cadernos NIGS).
- VALE, Alexandre Fleming Câmara (2005). *O voo da beleza: travestilidade e devir minoritário*. "Tese de Doutorado" PPG em Sociologia/Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Júlia Miranda.
- VELHO, Gilberto (1974). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro, Zahar, 144p.
- _____. (1981). "Observando o familiar". In: *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro, Zahar (pp. 123-132).